



Que a gente possa ser mais irmão, mais amigo,
mais filho e mais pai ou mãe, mais humano,
mais simples, mais desejoso de ser e fazer feliz

Lya Luft



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

Secovi-DF tem novo presidente

Secovi/Divulgação



O empresário do setor imobiliário Eduardo Pereira (D) foi eleito presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Locação de Imóveis do Distrito Federal (Secovi-DF). Ele substituiu Ovídio Maia (E), que assume a vice-presidência da entidade. A eleição ocorreu por meio de chapa única. Um dos sindicatos mais antigos da capital, o Secovi-DF tem cerca de 10 mil empresas na sua base e está entre as entidades fundadoras da Fecomércio-DF. A posse está marcada para 18 de março e o novo mandato vai até 2030.

Combate à grilagem de terras

No Secovi-DF desde 2018 e com mais de 45 anos de experiência no ramo imobiliário, o novo presidente contribuiu, ao lado de Maia, para importantes avanços no setor. “Nossa meta é acabar de vez com a grilagem de terras na capital. É preciso superar a lógica do primeiro constrói e depois regulariza”, afirma Pereira.

Corretores de imóveis como MEIs

Entre os desafios da próxima gestão está a regulamentação de uma norma que permitirá o enquadramento de corretores como microempreendedores individuais (MEIs).

Atuação no Conplan

Como presidente do Secovi-DF, Ovídio Maia, representou a Fecomércio-DF no Conplan para a elaboração do PPCUB, da Luos, na expansão de atividades econômicas no Setor Comercial Sul (SCS) e no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), regularizando a situação de empresas que operavam amparadas por liminares judiciais. “A reforma tributária também foi um grande desafio que conseguimos trabalhar em conjunto com Secovis do Brasil”, destacou Ovídio.

Definição no Sindióptica, Simbeleza e Sepebc

Os sindicatos empresariais que representam os setores de óticas, beleza e bombeiro civil definiram também suas lideranças para mandatos até 2030. José Fernando da Silva foi reconduzido à presidência do Sindióptica-DF, Célio Paiva permanece à frente do Simbeleza e Ceciliano Júnior segue no comando do Sepebec-DF. As posses estão marcadas para março.

Cristiano Costa/Fecomércio-DF



Contra a concorrência da pirataria

No setor óptico, que reúne cerca de 1,3 mil CNPJs no Distrito Federal, José Fernando da Silva destaca como principal pauta nacional o combate à pirataria, tema que seguirá em discussão na Câmara Brasileira de Ótica da Confederação Nacional do Comércio (CNC). No âmbito local, ele defende a reclassificação das óticas de baixo para médio risco sanitário, com retomada da fiscalização, como forma de ampliar a segurança dos consumidores. Outro projeto em construção é o Cartão Mais Visão, em parceria com as secretarias de Educação e Saúde, com foco na oferta de óculos de grau para estudantes da rede pública.

Lei do Salão Parceiro

À frente do Simbeleza, que representa cerca de 26,2 mil CNPJs, sendo 70% de microempreendedores individuais, Célio Paiva reuniu mobilização para aprovar a Lei do Salão Parceiro, responsável por regularizar milhares de empreendimentos em todo o país. Na atual gestão, em parceria com o Senac-DF e a L'Oréal Produtos Profissionais, o sindicato avançou na qualificação profissional com a criação de um curso técnico e de um salão-escola no Polo de Educação Profissional, além da implantação de um laboratório de podologia.

Cristiano Costa/Fecomércio-DF



Cristiano Costa/Fecomércio-DF



Semana na Prevenção no calendário oficial

No segmento de bombeiro civil, Ceciliano Júnior foi reconduzido à presidência do Sepebec-DF, que representa 206 empresas no DF. Ele destaca a implantação do primeiro curso técnico de Prevenção e Combate a Incêndio do Sistema Comércio no país, iniciativa que nasceu em Brasília e vem sendo expandida para outros estados. Também ganharam destaque a criação da Semana de Prevenção e Combate a Incêndio, incorporada ao calendário oficial do GDF, e a consolidação da Corrida Prevencionista.

Redirecionamento do consumo no carnaval

Enquanto parte da cidade desacelera com o fechamento de escritórios durante o carnaval, outros setores da economia do Distrito Federal entram em ritmo acelerado. Segundo o Sindiatacadista-DF, o feriado prolongado provoca uma mudança no perfil de consumo e aquece especialmente os segmentos ligados ao turismo, alimentação fora do lar e serviços de limpeza. E o setor atacadista é responsável por abastecer com insumos bares, restaurantes, hotéis, clubes e eventos carnavalescos. “O carnaval provoca um redirecionamento claro do consumo. Escritórios, clínicas, consultórios reduzem ou interrompem as atividades, enquanto bares, restaurantes, hotéis e clubes operam com demanda elevada. Esse movimento é muito positivo para o atacado”, afirma Álvaro Júnior, presidente do Sindiatacadista-DF.

Henrique François



TRANSPORTE PÚBLICO / Aumento é de 2,546%, a partir de 22 de fevereiro. Moradores de Goiás reclamam, após terem sido pegos de surpresa com a medida anunciada pela ANTT. Último reajuste foi há cinco meses

Passagens do Entorno sobem de novo

» DAVI CRUZ
» CARLOS SILVA

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou um novo reajuste nas tarifas do transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros que atende a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF). O aumento autorizado é de 2,546% e altera o coeficiente tarifário aplicado ao serviço, que passa de R\$ 0,170241 para R\$ 0,174576 por passageiro a cada quilômetro percorrido (Veja quadro).

A decisão foi tomada ontem na 1026ª Reunião da Diretoria Colegiada da autarquia e analisada como item extrapauta, sob relatoria do diretor Alex Azevedo. De acordo com a ANTT, o novo valor começará a ser cobrado a partir da zero hora do dia 22 de fevereiro de 2026, conforme o cronograma regulatório definido pela Agência. O último aumento, de 2,9%, entrou em vigor em setembro do ano passado.

Com essa mudança, cerca de 380 mil trabalhadores que utilizam diariamente o transporte entre os municípios goianos do Entorno e Brasília serão diretamente impactados. Na Rodoviária do Plano Piloto, usuários demonstraram preocupação e indignação com a possibilidade de um novo reajuste em menos de cinco meses.

Segundo a ANTT, o reajuste é resultado de um procedimento técnico previsto em norma e adotado de forma periódica, com o objetivo de garantir a manutenção e a regularidade do serviço prestado à população. A Agência destaca que, por se tratar de um serviço operado

Davi Cruz/CB/D.A Press



Último aumento foi de 2,9%, em setembro do ano passado

Como ficam os preços

Origem com destino a Brasília	Tarifa Atual	Reajuste (2,546%)	Nova Tarifa Estimada
Águas Lindas de Goiás	R\$ 11,15	R\$ 0,28	R\$ 11,43
Planaltina de Goiás	R\$ 11,35	R\$ 0,29	R\$ 11,64
Luziânia	R\$ 10,70	R\$ 0,27	R\$ 10,97
Cidade Ocidental	R\$ 8,65	R\$ 0,22	R\$ 8,87
Valparaíso de Goiás	R\$ 7,80	R\$ 0,20	R\$ 8,00
Céu Azul	R\$ 7,20	R\$ 0,18	R\$ 7,38

sem subsídio público, os custos de operação são integralmente financiados pelas tarifas pagas pelos usuários. Dessa forma,

variações nos gastos necessários à prestação do serviço acabam refletindo diretamente no valor cobrado das passagens.

Impasse

Após a decisão da Agência Nacional de Transportes Terrestres

(ANTT), a Secretaria do Entorno do Distrito Federal informou que “está em tratativas, desde o ano passado, para a criação de um consórcio de mobilidade com a participação do GDF, do estado de Goiás, no qual estava prevista a participação da União, para gestão do transporte público no Entorno”. De acordo com a pasta, o protocolo de intenções, após aprovação do GDF, encontra-se em análise pelo governo goiano e depende de aprovação legislativa em ambas as unidades da Federação.

O Governo de Goiás informou que o tema segue em discussão. No entanto, ressalta que a proposta “foi barrada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, o que impede a participação do governo federal, apesar de a União ser a responsável pela regulação do sistema”. Em nota oficial, o Executivo goiano afirmou que, apesar das articulações conjuntas entre Goiás e o Distrito Federal para enfrentar os problemas do transporte semiurbano na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE/DF), não tem havido apoio da União, responsável pela regulação do serviço.

Para o Executivo goiano, a decisão transfere de forma desproporcional os custos e as responsabilidades do sistema para os governos locais. “Na prática, a decisão obriga Goiás e o DF a assumirem sozinhos custos e passivos, o que onera excessivamente os entes federativos e compromete o equilíbrio federativo”, diz a nota.

O Executivo goiano defende a implementação de um modelo de gestão compartilhada, com participação equilibrada dos três níveis de governo, que permita a adoção de subsídios tarifários e a melhoria do serviço prestado

aos usuários. Segundo o Estado, a proposta segue parâmetros semelhantes aos adotados na Região Metropolitana de Goiânia, onde há cofinanciamento do transporte público.

Insatisfação

Beatriz Carvalho, de 33 anos, moradora de Formosa, indignou-se com a notícia. Ela contou que gasta cerca de R\$ 600 por mês apenas com passagens. Para a técnica de enfermagem, o impacto vai além do orçamento doméstico. “Onde a gente mora não tem emprego para todo mundo, então buscamos trabalho no Plano Piloto. Se for colocar na balança dois currículos iguais, o empregador pode optar por quem mora no DF por causa do valor da passagem. Isso gera em nós medo e preocupação”, afirmou.

O soldado Kleber Lucas, de 21 anos, residente no Novo Gama e funcionário do Ministério da Aeronáutica, também criticou o peso do transporte no orçamento. Ele disse que usa dois ônibus diariamente. “Eu gasto mais de R\$ 500 por mês e é um dinheiro que faz falta. Às vezes, o ônibus vem lotado, sem espaço nem para sentar. Estamos pagando caro por um serviço precário”, observou.

De Águas Lindas (GO), a auxiliar de serviços gerais Dinaí Silva do Nascimento, de 52 anos, classificou o reajuste como um “absurdo”. “Meu filho foi chamado para trabalhar e não aceitaram por causa da passagem do Goiás. Disseram que com as despesas daria para contratar dois funcionários do DF. É um baque violento no bolso do trabalhador”, declarou. Ela afirmou gastar cerca de R\$ 450 por mês e teme que o desemprego na região aumente.